



CÓD: SL-016AG-22  
7908433225294

# **LAVRAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – MG**

Agente Comunitário de Saúde- ACS

**EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N° 001/2022**

## ***Língua Portuguesa***

1. Compreensão E Interpretação De Textos. Tipologiae Gêneros Textuais. Coerência E Coesão	
2. Textual	7
3. Formação E Significação De Palavras. Sinônimos E Antônimos homônimas	24
4. Ordem Alfabética. Sílabas: Separação E Classificação. Ortografia E Acentuação	25
5. Pontuação	27
6. Morfologia: Emprego E Classificação Das Classes De Palavras	28
7. Sintaxe: Estrutura Da Oração E Do Período E Termos Essenciais E Acessórios Da Oração. Tipos De Frase	33

## ***Saúde Pública***

1. Sistema Único de Saúde: Leis Orgânicas da saúde (Lei nº 8080/90 e Lei nº 8142/90); princípios e diretrizes do SUS	43
2. Vigilância em Saúde	60
3. Política Nacional de Humanização.	65
4. Política Nacional de Promoção da Saúde	70
5. Redes de Atenção, Política Nacional de Atenção Primária	82
6. Programa Previnde Brasil	108

## ***Conhecimentos Gerais (Digital)***

1. Conhecimentos e atualidades relacionados com a realidade de Lavras, Minas Gerais e Brasil (local, regional e nacional), conectando-os aos acontecimentos mundiais.	117
---	-----

## ***Conhecimentos Específicos Agente Comunitário de Saúde - ACS***

1. Política Nacional de Atenção Básica	189
2. Vigilância em saúde	189
3. mapeamento e territorialização	189
4. o papel do agente comunitário de saúde	190
5. visitas domiciliares	203
6. ética	204
7. educação em saúde	214

---

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

#### Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seladas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

#### IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

#### CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que elealaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

## IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

### Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

### Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

### Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

### Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

### Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



## ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

#### Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

#### Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

#### Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

#### Gêneros Discursivos

**Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

**Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

**Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

**Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

**Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

**Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

**Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

**Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

**Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

#### DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO

##### Fato

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato pode ser uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

##### Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

**Vigilância em saúde:** expande seus objetivos. Em um país com as dimensões do Brasil, com realidades regionais bastante diversificadas, a vigilância em saúde é um grande desafio. Apesar dos avanços obtidos, como a erradicação da poliomielite, desde 1989, e com a interrupção da transmissão de sarampo, desde 2000, convivemos com doenças transmissíveis que persistem ou apresentam incremento na incidência, como a AIDS, as hepatites virais, as meningites, a malária na região amazônica, a dengue, a tuberculose e a hanseníase. Observamos, ainda, aumento da mortalidade por causas externas, como acidentes de trânsito, conflitos, homicídios e suicídios, atingindo, principalmente, jovens e população em idade produtiva. Nesse contexto, o Ministério da Saúde com o objetivo de integração, fortalecimento da capacidade de gestão e redução da morbimortalidade, bem como dos fatores de risco associados à saúde, expande o objeto da vigilância em saúde pública, abrangendo as áreas de vigilância das doenças transmissíveis, agravos e doenças não transmissíveis e seus fatores de riscos; a vigilância ambiental em saúde e a análise de situação de saúde.

#### **Competências municipais na vigilância em saúde**

Compete aos gestores municipais, entre outras atribuições, as atividades de notificação e busca ativa de doenças compulsórias, surtos e agravos inusitados; investigação de casos notificados em seu território; busca ativa de declaração de óbitos e de nascidos vivos; garantia a exames laboratoriais para o diagnóstico de doenças de notificação compulsória; monitoramento da qualidade da água para o consumo humano; coordenação e execução das ações de vacinação de rotina e especiais (campanhas e vacinações de bloqueio); vigilância epidemiológica; monitoramento da mortalidade infantil e materna; execução das ações básicas de vigilância sanitária; gestão e/ou gerência dos sistemas de informação epidemiológica, no âmbito municipal; coordenação, execução e divulgação das atividades de informação, educação e comunicação de abrangência municipal; participação no financiamento das ações de vigilância em saúde e capacitação de recursos.

**Desafios públicos, responsabilidades compartilhadas:** A legislação brasileira – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e legislação sanitária, incluindo as Leis n.º 8.080/1990 e 8.142/1990 – estabelece prerrogativas, deveres e obrigações a todos os governantes. A Constituição Federal define os gastos mínimos em saúde, por esfera de governo, e a legislação sanitária, os critérios para as transferências intergovernamentais e alocação de recursos financeiros. Essa vinculação das receitas objetiva preservar condições mínimas e necessárias ao cumprimento das responsabilidades sanitárias e garantir transparência na utilização dos recursos disponíveis. A responsabilização fiscal e sanitária de cada gestor e servidor público deve ser compartilhada por todos os entes e esferas governamentais, resguardando suas características, atribuições e competências. O desafio primordial dos governos, sobretudo na esfera municipal, é avançar na transformação dos preceitos constitucionais e legais que constituem o SUS em serviços e ações que assegurem o direito à saúde, como uma conquista que se realiza cotidianamente em cada estabelecimento, equipe e prática sanitária. É preciso inovar e buscar, coletiva e criativamente, soluções novas para os velhos problemas do nosso sistema de saúde. A construção de espaços de gestão que permitam a discussão e a crítica, em ambiente democrático e plural, é condição essencial para que o SUS seja, cada vez mais, um projeto que defenda e promova a vida.

Muitos municípios operam suas ações e serviços de saúde em condições desfavoráveis, dispondo de recursos financeiros e equipes insuficientes para atender às demandas dos usuários, seja em volume, seja em complexidade – resultado de uma conjuntura social de extrema desigualdade. Nessas situações, a gestão pública

em saúde deve adotar condução técnica e administrativa compatível com os recursos existentes e criativa em sua utilização. Deve estabelecer critérios para a priorização dos gastos, orientados por análises sistemáticas das necessidades em saúde, verificadas junto à população. É um desafio que exige vontade política, propostas inventivas e capacidade de governo.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios compartilham as responsabilidades de promover a articulação e a interação dentro do Sistema Único de Saúde – SUS, assegurando o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

O SUS é um sistema de saúde, regionalizado e hierarquizado, que integra o conjunto das ações de saúde da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, onde cada parte cumpre funções e competências específicas, porém articuladas entre si, o que caracteriza os níveis de gestão do SUS nas três esferas governamentais.

Criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.080/90, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, e pela Lei nº 8.142/90, que trata da participação da comunidade na gestão do Sistema e das transferências intergovernamentais de recursos financeiros, o SUS tem normas e regulamentos que disciplinam as políticas e ações em cada Subsistema.

A Sociedade, nos termos da Legislação, participa do planejamento e controle da execução das ações e serviços de saúde. Essa participação se dá por intermédio dos Conselhos de Saúde, presentes na União, nos Estados e Municípios.

#### **Níveis de Gestão do SUS**

**Esfera Federal** - Gestor: Ministério da Saúde - Formulação da política estadual de saúde, coordenação e planejamento do SUS em nível Estadual. Financiamento das ações e serviços de saúde por meio da aplicação/distribuição de recursos públicos arrecadados.

**Esfera Estadual** - Gestor: Secretaria Estadual de Saúde - Formulação da política municipal de saúde e a provisão das ações e serviços de saúde, financiados com recursos próprios ou transferidos pelo gestor federal e/ou estadual do SUS.

**Esfera Municipal** - Gestor: Secretaria Municipal de Saúde - Formulação de políticas nacionais de saúde, planejamento, normalização, avaliação e controle do SUS em nível nacional. Financiamento das ações e serviços de saúde por meio da aplicação/distribuição de recursos públicos arrecadados.

#### **SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

Pela dicção dos arts. 196 e 198 da CF, podemos afirmar que somente a segunda parte do art. 196 se ocupa o Sistema Único de Saúde, de forma mais concreta e direta, sob pena de a saúde, como setor, como uma área da Administração Pública, se ver obrigada a cuidar de tudo aquilo que possa ser considerado como fatores que condicionam e interferem com a saúde individual e coletiva. Isso seria um arrematado absurdo e deveríamos ter um super Ministério e super Secretarias da Saúde responsáveis por toda política social e econômica protetivas da saúde.

Se a Constituição tratou a saúde sob grande amplitude, isso não significa dizer que tudo o que está ali inserido corresponde a área de atuação do Sistema Único de Saúde.

Repassando, brevemente, aquela seção do capítulo da Seguridade Social, temos que: -- o art. 196, de maneira ampla, cuida do direito à saúde; -- o art. 197 trata da relevância pública das ações e serviços de saúde, públicos e privados, conferindo ao Estado o direito e o dever de regulamentar, fiscalizar e controlar o setor (público e privado); -- o art. 198 dispõe sobre as ações e os serviços públicos de saúde que devem ser garantidos a todos cidadãos para a sua promoção, proteção e recuperação, ou seja, dispõe sobre o Sistema Único de Saúde; -- o art. 199, trata da liberdade da iniciativa privada, suas restrições (não pode explorar o sangue, por ser

bem fora do comércio; deve submeter-se à lei quanto à remoção de órgãos e tecidos e partes do corpo humano; não pode contar com a participação do capital estrangeiro na saúde privada; não pode receber auxílios e subvenções, se for entidade de fins econômicos etc.) e a possibilidade de o setor participar, complementarmente, do setor público; -- e o art. 200, das atribuições dos órgãos e entidades que compõem o sistema público de saúde. O SUS é mencionado somente nos arts. 198 e 200.

A leitura do art. 198 deve sempre ser feita em consonância com a segunda parte do art. 196 e com o art. 200. O art. 198 estatui que todas as ações e serviços públicos de saúde constituem um único sistema. Aqui temos o SUS. E esse sistema tem como atribuição garantir ao cidadão o acesso às ações e serviços públicos de saúde (segunda parte do art. 196), conforme campo demarcado pelo art. 200 e leis específicas.

O art. 200 define em que campo deve o SUS atuar. As atribuições ali relacionadas não são taxativas ou exaustivas. Outras poderão existir, na forma da lei. E as atribuições ali elencadas dependem, também, de lei para a sua exequibilidade.

Em 1990, foi editada a Lei n. 8.080/90 que, em seus arts. 5º e 6º, cuidou dos objetivos e das atribuições do SUS, tentando melhor explicitar o art. 200 da CF (ainda que, em alguns casos, tenha repetido os incisos daquele artigo, tão somente).

São objetivos do SUS:

- a) a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
- b) a formulação de políticas de saúde destinadas a promover, nos campos econômico e social, a redução de riscos de doenças e outros agravos; e
- c) execução de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, integrando as ações assistenciais com as preventivas, de modo a garantir às pessoas a assistência integral à sua saúde.

O art. 6º, estabelece como competência do Sistema a execução de ações e serviços de saúde descritos em seus 11 incisos.

O SUS deve atuar em campo demarcado pela lei, em razão do disposto no art. 200 da CF e porque o enunciado constitucional de que saúde é direito de todos e dever do Estado, não tem o condão de abranger as condicionantes econômico-sociais da saúde, tampouco compreender, de forma ampla e irrestrita, todas as possíveis e imagináveis ações e serviços de saúde, até mesmo porque haverá sempre um limite orçamentário e um ilimitado avanço tecnológico a criar necessidades infindáveis e até mesmo questionáveis sob o ponto de vista ético, clínico, familiar, terapêutico, psicológico.

Será a lei que deverá impor as proporções, sem, contudo, é obvio, cercear o direito à promoção, proteção e recuperação da saúde. E aqui o elemento delimitador da lei deverá ser o da dignidade humana.

Lembramos, por oportuno que, o Projeto de Lei Complementar n. 01/2003 -- que se encontra no Congresso Nacional para regulamentar os critérios de rateio de transferências dos recursos da União para Estados e Municípios -- busca disciplinar, de forma mais clara e definitiva, o que são ações e serviços de saúde e estabelecer o que pode e o que não pode ser financiado com recursos dos fundos de saúde. Esses parâmetros também servirão para circunscrever o que deve ser colocado à disposição da população, no âmbito do SUS, ainda que o art. 200 da CF e o art. 6º da LOS tenham definido o campo de atuação do SUS, fazendo pressupor o que são ações e serviços públicos de saúde, conforme dissemos acima. (O Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde também disciplinaram o que são ações e serviços de saúde em resoluções e portarias).

#### O QUE FINANCIAR COM OS RECURSOS DA SAÚDE?

De plano, excetuam-se da área da saúde, para efeito de financiamento, (ainda que absolutamente relevantes como indicadores epidemiológicos da saúde) as condicionantes econômico-sociais. Os órgãos e entidades do SUS devem conhecer e informar à sociedade e ao governo os fatos que interferem na saúde da população com vistas à adoção de políticas públicas, sem, contudo, estarem obrigados a utilizar recursos do fundo de saúde para intervir nessas causas.

Quem tem o dever de adotar políticas sociais e econômicas que visem evitar o risco da doença é o Governo como um todo (políticas de governo), e não a saúde, como setor (políticas setoriais). A ela, saúde, compete atuar nos campos demarcados pelos art. 200 da CF e art. 6º da Lei n. 8.080/90 e em outras leis específicas.

Como exemplo, podemos citar os servidores da saúde que devem ser pagos com recursos da saúde, mas o seu inativo, não; não porque os inativos devem ser pagos com recursos da Previdência Social. Idem quanto as ações da assistência social, como bolsa-alimentação, bolsa-família, vale-gás, renda mínima, fome zero, que devem ser financiadas com recursos da assistência social, setor ao qual incumbe promover e prover as necessidades das pessoas carentes visando diminuir as desigualdades sociais e suprir suas carências básicas imediatas. Isso tudo interfere com a saúde, mas não pode ser administrada nem financiada pelo setor saúde.

O saneamento básico é outro bom exemplo. A Lei n. 8.080/90, em seu art. 6º, II, dispõe que o SUS deve participar na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico. Por sua vez, o § 3º do art. 32, reza que as ações de saneamento básico que venham a ser executadas supletivamente pelo SUS serão financiadas por recursos tarifários específicos e outros da União, Estados, DF e Municípios e não com os recursos dos fundos de saúde.

Nesse ponto gostaríamos de abrir um parêntese para comentar o Parecer do Sr. Procurador Geral da República, na ADIn n. 3087-6/600-RJ, aqui mencionado.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela Lei n. 4.179/03, instituiu o Programa Estadual de Acesso à Alimentação -- PEAA, determinando que suas atividades correrão à conta do orçamento do Fundo Estadual da Saúde, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde. O PSDB, entendendo ser a lei inconstitucional por utilizar recursos da saúde para uma ação que não é de responsabilidade da área da saúde, moveu ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de cautelar.

O Sr. Procurador da República (Parecer n. 5147/CF), opinou pela improcedência da ação por entender que o acesso à alimentação é indissociável do acesso à saúde, assim como os medicamentos o são e que as pessoas de baixa renda devem ter atendidas a necessidade básica de alimentar-se.

Infelizmente, mais uma vez confundiu-se "saúde" com "assistência social", áreas da Seguridade Social, mas distintas entre si. A alimentação é um fator que condiciona a saúde tanto quanto o saneamento básico, o meio ambiente degradado, a falta de renda e lazer, a falta de moradia, dentre tantos outros fatores condicionantes e determinantes, tal qual mencionado no art. 3º da Lei n. 8.080/90.

A Lei n. 8.080/90 ao dispor sobre o campo de atuação do SUS incluiu a vigilância nutricional e a orientação alimentar, atividades complexas que não tem a ver com o fornecimento, puro e simples, de bolsa-alimentação, vale-alimentação ou qualquer outra forma de garantia de mínimos existenciais e sociais, de atribuição da assistência social ou de outras áreas da Administração Pública voltadas para corrigir as desigualdades sociais. A vigilância nutricional deve ser realizada pelo SUS em articulação com outros órgãos e setores governamentais em razão de sua interface com a saúde. São ativi-

dades que interessam a saúde, mas as quais, a saúde como setor, não as executa. Por isso a necessidade das comissões intersetoriais previstas na Lei n. 8.080/90.

A própria Lei n. 10.683/2003, que organiza a Presidência da República, estatuiu em seu art. 27, XX ser atribuição do Ministério da Saúde:

- a) política nacional de saúde;
- b) coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde;
- c) saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios;
- d) informações em saúde;
- e) insumos críticos para a saúde;
- f) ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos;
- g) vigilância em saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos;
- h) pesquisa científica e tecnológica na área da saúde.

Ao Ministério da Saúde compete a vigilância sobre alimentos (registro, fiscalização, controle de qualidade) e não a prestação de serviços que visem fornecer alimentos às pessoas de baixa renda.

O fornecimento de cesta básica, merenda escolar, alimentação a crianças em idade escolar, idosos, trabalhadores rurais temporários, portadores de moléstias graves, conforme previsto na Lei do Estado do Rio de Janeiro, são situações de carência que necessitam de apoio do Poder Público, sem sombra de dúvida, mas no âmbito da assistência social ou de outro setor da Administração Pública e com recursos que não os do fundo de saúde. Não podemos mais confundir assistência social com saúde. A alimentação interessa à saúde, mas não está em seu âmbito de atuação.

Tanto isso é fato que a Lei n. 8.080/90, em seu art. 12, estabeleceu que “serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil”, dispondo seu parágrafo único que “as comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde”. Já o seu art. 13, destaca, algumas dessas atividades, mencionando em seu inciso I a “alimentação e nutrição”.

O parâmetro para o financiamento da saúde deve ser as atribuições que foram dadas ao SUS pela Constituição e por leis específicas e não a 1ª parte do art. 196 da CF, uma vez que os fatores que condicionam a saúde são os mais variados e estão inseridos nas mais diversas áreas da Administração Pública, não podendo ser considerados como competência dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Único de Saúde.

#### DA INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA

Vencida esta etapa, adentramos em outra, no interior do setor saúde - SUS, que trata da integralidade da assistência à saúde. O art. 198 da CF determina que o Sistema Único de Saúde deve ser organizado de acordo com três diretrizes, dentre elas, o atendimento integral que pressupõe a junção das atividades preventivas, que devem ser priorizadas, com as atividades assistenciais, que também não podem ser prejudicadas.

A Lei n. 8.080/90, em seu art. 7º (que dispõe sobre os princípios e diretrizes do SUS), define a integralidade da assistência como “o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema”.

A integralidade da assistência exige que os serviços de saúde sejam organizados de forma a garantir ao indivíduo e à coletividade a proteção, a promoção e a recuperação da saúde, de acordo com as necessidades de cada um em todos os níveis de complexidade do sistema.

Vê-se, pois, que a assistência integral não se esgota nem se completa num único nível de complexidade técnica do sistema, necessitando, em grande parte, da combinação ou conjugação de serviços diferenciados, que nem sempre estão à disposição do cidadão no seu município de origem. Por isso a lei sabiamente definiu a integralidade da assistência como a satisfação de necessidades individuais e coletivas que devem ser realizadas nos mais diversos patamares de complexidade dos serviços de saúde, articulados pelos entes federativos, responsáveis pela saúde da população.

A integralidade da assistência é interdependente; ela não se completa nos serviços de saúde de um só ente da federação. Ela só finaliza, muitas vezes, depois de o cidadão percorrer o caminho traçado pela rede de serviços de saúde, em razão da complexidade da assistência

E para a delimitação das responsabilidades de cada ente da federação quanto ao seu comprometimento com a integralidade da assistência, foram criados instrumentos de gestão, como o plano de saúde e as formas de gestão dos serviços de saúde.

Desse modo, devemos centrar nossas atenções no plano de saúde, por ser ele a base de todas as atividades e programações da saúde, em cada nível de governo do Sistema Único de Saúde, o qual deverá ser elaborado de acordo com diretrizes legais estabelecidas na Lei n. 8.080/90: epidemiologia e organização de serviços (arts. 7º VII e 37). O plano de saúde deve ser a referência para a demarcação de responsabilidades técnicas, administrativas e jurídicas dos entes políticos.

Sem planos de saúde -- elaborados de acordo com as diretrizes legais, associadas àquelas estabelecidas nas comissões intergovernamentais trilaterais, principalmente no que se refere à divisão de responsabilidades -- o sistema ficará ao sabor de ideologias e decisões unilaterais das autoridades dirigentes da saúde, quando a regra que perpassa todo o sistema é a da cooperação e da conjugação de recursos financeiros, tecnológicos, materiais, humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em redes regionalizadas de serviços, nos termos dos incisos IX, b e XI do art. 7º e art. 8º da Lei n. 8.080/90.

Por isso, o plano de saúde deve ser o instrumento de fixação de responsabilidades técnicas, administrativas e jurídicas quanto à integralidade da assistência, uma vez que ela não se esgota, na maioria das vezes, na instância de governo-sede do cidadão. Ressalte-se, ainda, que o plano de saúde é a expressão viva dos interesses da população, uma vez que, elaborado pelos órgãos competentes governamentais, deve ser submetido ao conselho de saúde, representante da comunidade no SUS, a quem compete, discutir, aprovar e acompanhar a sua execução, em todos os seus aspectos.

Lembramos, ainda, que o planejamento sendo ascendente, iniciando-se da base local até a federal, reforça o sentido de que a integralidade da assistência só se completa com o conjunto articulado de serviços, de responsabilidade dos diversos entes governamentais.

Resumindo, podemos afirmar que, nos termos do art. 198, II, da CF, c/c os arts. 7º, II e VII, 36 e 37, da Lei n. 8.080/90, a integralidade da assistência não é um direito a ser satisfeito de maneira aleatória, conforme exigências individuais do cidadão ou de acordo com a vontade do dirigente da saúde, mas sim o resultado do plano de saúde que, por sua vez, deve ser a consequência de um planejamento que leve em conta a epidemiologia e a organização de serviços e conjugue as necessidades da saúde com as disponibilidades



não se encontravam tão afastados dos centros mineradores, o que facilitava a fuga de mais negros. Existia, ainda, o comércio de produtos de subsistência entre os negros e comerciantes, que tiravam vantagem do preço mais baixo oferecido pelos quilombolas.

#### **Inconfidência Mineira**

Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII a produção aurífera dava sinais claros de declínio. Para manter a arrecadação, a Coroa Portuguesa passou a aumentar os impostos e a fiscalização na colônia, além de criar a derrama, uma nova forma de imposto que garantiria seus lucros. As regiões auríferas passaram a ficar cada vez mais escassas, e os colonos não mais podiam arcar com tais impostos, levando o governo lusitano ao confisco de suas propriedades.

Tais ações consideradas abusivas trouxeram profunda insatisfação entre a população mineira. Então, influenciados pelos ideais do Iluminismo que surgira na Europa e se espalhavam pelo mundo ocidental, as elites mineradoras passaram a conjecturar um plano com o objetivo de criar uma nova república na região de Minas Gerais. A revolução estava marcada para acontecer em 1789, quando ocorreria uma nova cobrança da derrama. Dentre os líderes do movimento estavam os poetas Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, o padre Carlos Correia de Toledo e Melo, o coronel Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Tiradentes. Contudo, a cobrança da derrama foi revogada pelas autoridades lusitanas. Ao mesmo tempo, havia a investigação por parte da coroa sobre o movimento de insurreição que estaria para acontecer. Em troca do perdão de suas dívidas, Joaquim Silvério dos Reis delatou todo o plano dos inconfidentes, o que levou à prisão de vários de seus companheiros antes que a insurreição acontecesse. Como boa parte dos membros dos movimentos tinham forte ligação com a elite, poucos foram de fato condenados. Como Tiradentes era de origem popular, toda a responsabilidade do movimento foi atribuída a ele. Como forma de reprimir outros movimentos, a Coroa Portuguesa realizou o enforcamento e o esarteamento do alferes, e partes de seu corpo foram espalhadas por vias de acesso da capitania.

#### **Decadência da produção mineral**

Até então a maior parte da população da capitania concentrava-se nos núcleos urbanos e nas proximidades da região mineradora. Contudo, o esgotamento das jazidas auríferas e de diamantes levou à diáspora da população urbana, que se deslocou para outras regiões. Os desbravadores passaram a criar novas fazendas por outras regiões do atual estado, erguam capelas onde posteriormente surgiam arraiais e vilas. No início do século XIX, houve uma intensa criação de vilas, freguesias, distritos e municípios. Isto contribuiu para a expansão e povoamento do território mineiro, expandido suas fronteiras para o norte (adquirindo partes da província de Pernambuco), para leste (adquirindo áreas do Espírito Santo), para o oeste (anexando a região do Triângulo Mineiro, antes pertencente a Goiás). A população mineira passou a ser predominantemente rural, e as cidades do ouro ficaram cada vez mais vazias, o que teve grande influência na cultura e na política da província.

#### **O período imperial**

Durante o período imperial, houve duas mobilizações importantes da população. A primeira delas foi a Sedição Militar de 1833, um movimento sem consistência que queria o retorno de Dom Pedro I ao país, mas foi logo abafado pelo governo provincial. Outro grande movimento foi a Revolução Liberal de 1842. No Brasil Império as forças políticas estavam divididas essencialmente entre liberais e conservadores. Quando Dom Pedro II atingiu a maioridade em 1840, o Partido Conservador assumiu o poder, o que provocou a revolta dos liberais. Tiveram início, então, conflitos armados na

província de São Paulo, que ganharam adesão dos liberais mineiros em 1842, com a participação inicial de quinze dos quarenta e dois municípios existentes na época. Para conter os revoltosos, o governo imperial enviou guardas nacionais e unidades do exército, que deveriam prender os líderes do partido liberal. Transcorreram vários conflitos durante mais de dois meses até que o movimento foi finalmente abafado por completo. Os líderes foram julgados e absolvidos seis anos depois.

#### **Índios em uma fazenda c. 1824**

Durante a segunda metade do século surgiram os primeiros avanços no setor industrial em Minas. No campo siderúrgico começava a aumentar a produção e manufatura do ferro. Surgiram ainda várias fábricas de produtos têxteis, laticínios, vinhos, alimentos, cerâmicas e louças. Contudo as atividades agropecuárias dominavam a economia da época, sendo voltadas principalmente para subsistência, desfavorecendo o crescimento econômico da província. A mão de obra era predominantemente escrava, provenientes dos que restaram das atividades mineradoras. A produção de café voltada para a exportação chegou à província no início do período imperial e aumentou substancialmente até o fim do século. Contudo, a produção paulista sempre foi expressivamente maior e fatores administrativos, naturais e econômicos desfavoreceram o desenvolvimento da cafeicultura mineira na época.

#### **Cafeicultura**

Em 1889 tem início o período da República Velha no Brasil, que foi comandado inicialmente por presidentes militares. Somente em 1894 houve a eleição do primeiro presidente civil do Brasil, dando início ao período da República Oligárquica. Em Minas Gerais, surgiam os primeiros grandes barões do café, responsáveis por aumentar significativamente a produção do estado. As oligarquias cafeieiras tinham grande influência no cenário político nacional, a ponto de escolherem os representantes que iriam ocupar o cargo de presidente do país. Os dois estados mais populosos do país, então, firmaram um acordo em que os presidentes eleitos seriam alternados entre paulistas e mineiros, o que ficou conhecido como política do café-com-leite.

Houve, contudo, algumas divergências políticas entre os dois estados, o que permitiu a eleição de presidentes de outros estados, embora nunca deixassem de exercer influência sobre o processo eleitoral. Na década de 1920, vários fatores aceleraram o declínio do domínio oligárquico, como revoltas populares, movimentos tenentistas e a crise econômica do café, que se agravou ainda mais com a grande depressão. Mas a política do café-com-leite terminou de fato quando o então presidente paulista Washington Luís deveria indicar um mineiro para sucessão, mas indicou outro paulista, Júlio Prestes. Em oposição ao episódio, Minas Gerais se uniu à Aliança Liberal, que realizou um golpe de Estado em 1930 e instaurou uma nova república no Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas.

#### **Industrialização**

O ciclo do café no estado teve certas características particulares que desfavoreceram o crescimento econômico do estado. O lucro gerado pela cultura era em parte destinado aos portos de exportação nos estados vizinhos. Além disso, findo o período da escravidão, não houve a transição direta para o trabalho livre e assalariado nas lavouras, o que levou à menor circulação monetária. Outro agravante era a desarticulação entre as regiões do estado, que tinham mais relações econômicas com os estados vizinhos. Em reconhecimento a esta situação, as elites mineiras iniciaram uma tentativa de centralizar a economia estadual a partir de diversas iniciativas, dentre elas a criação de uma nova capital, Belo Horizonte, em 1897. Uma exceção ao atraso industrial foi a cidade de Juiz de

Fora, que apresentou um surto de desenvolvimento industrial sustentado pela economia cafeeira aliado à proximidade com o Rio de Janeiro. Contudo, tal desenvolvimento durou até 1930, quando a competição com os outros grandes centros industriais do país levou à estagnação e posterior declínio do parque industrial da cidade.

O projeto de desenvolvimento mineiro estava pautado em duas orientações. A primeira delas incluía a diversificação produtiva, em que se pretendia a criação de uma forte agricultura capaz de sustentar o desenvolvimento industrial. A outra estratégia envolvia o aproveitamento dos recursos naturais do estado para realizar a especialização produtiva, com a produção de bens intermediários. Através das primeiras décadas do século XX o plano foi sendo gradualmente implementado com diversas iniciativas, como a criação da Cidade Industrial de Contagem em 1941. Contudo, o avanço foi prejudicado por conta de problemas logísticos como a falta de energia e de uma rede eficiente de transportes.

A partir do fim da década de 40 e ao longo da década de 50, entretanto, Minas passa por um importante processo de transformação, que visa sanar os problemas que barravam o desenvolvimento mineiro, principalmente durante o período do mandato de Juscelino Kubitschek como governador (1951-1955) e presidente da república (1956-1961). Foram criadas a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), várias usinas hidroelétricas e milhares de quilômetros de rodovias. Um importante setor industrial que se desenvolveu neste período foi o metalúrgico, sustentado pela exploração do ferro na região central do estado.[36] Contudo, a instabilidade econômica que se sucedeu durante a década de 1960 afetou a continuidade de tal crescimento, deixando o estado em defasagem. Durante a ditadura militar, as federações de indústrias de Minas Gerais e importantes industriais mineiros apoiaram o regime.

Na década seguinte, entretanto, Minas retoma sua trajetória de crescimento econômico beneficiado, sobretudo, pelo processo de descentralização industrial. Como resultado, o crescimento do produto interno bruto mineiro foi superior à média nacional por vários anos. Tal processo deveu-se ao incremento da produção industrial e fortalecimento da agricultura. Tal processo provocou ainda o aumento da porcentagem da população que vivia nas cidades, embora boa parte deste êxodo rural tenha motivado a emigração da população para os grandes centros urbanos de outros estados. Na década de 1980, o crescimento econômico mineiro sofre uma nova descontinuidade por conta da crise econômica generalizada pela qual o país passava. Mesmo assim, o crescimento mineiro ainda foi superior à média nacional. A partir da década de 90, o estado apresentou baixo dinamismo econômico, seguindo a tendência nacional. A partir de então, Minas se consolida na economia nacional com o terceiro maior PIB do país, e se mantém na posição até hoje

### Aspectos Geográficos

#### Relevo

O relevo mineiro é caracterizado por planaltos com escarpas. Entre os exemplos estão a serra da Mantiqueira e a serra do Espinhaço. O Pico da Bandeira é o ponto mais alto do estado, com 2,8 metros de altura.

Oficialmente, as formas de relevo existentes no estado de Minas Gerais podem ser divididas nos seguintes tipos de unidades geomorfológicas: planalto Cristalino, serra do Espinhaço, depressão do rio São Francisco, planalto do São Francisco e planalto do Paraná. O planalto cristalino possui altitudes médias de 800 metros — sendo reduzida ao aproximar-se da Zona da Mata —, apresentando depressões onde originam-se os vales dos rios Jequitinhonha e Doce. A serra do Espinhaço possui altitude média de 1 300 metros, relevando-se por dividir a bacia do rio São Francisco com as bacias hidrográficas costeiras. A depressão do rio São Francisco tem altitude média de 500 metros e está presente na parte oeste de Minas, em

sentido norte-sul. O planalto do São Francisco tem altitude média de mil metros e é composto por chapadões acidentados entrelaçados por vales. Por fim, o planalto do Paraná tem altitude média de 600 metros e corresponde ao sudoeste mineiro, sendo cortado por rios como o da Prata, Tijuco e o Araguari.

#### Hidrografia

Na rede hidrográfica, entre os principais rios do estado de Minas Gerais estão o Doce, que nasce entre as encostas das serras da Mantiqueira e Espinhaço e percorre 853 km até desaguar no Oceano Atlântico, no Espírito Santo; o Grande, cuja nascente está na Serra da Mantiqueira, no município de Bocaina de Minas, percorrendo 1 360 km até o Rio Paranaíba, formando assim o Rio Paraná (no estado de São Paulo); o Paranaíba, que nasce na Mata da Corda, em Paranaíba, e tem aproximadamente 1 070 km; o São Francisco, que nasce na Serra da Canastra, percorre 2 830 km, cortando a Bahia e passando por Pernambuco, Sergipe e Alagoas até desaguar no oceano, sendo suas águas essenciais para o turismo, lazer, irrigação e transporte em várias cidades, especialmente no norte mineiro e, por fim, o Jequitinhonha, que nasce na serra do Espinhaço, em Serro, e percorre 920 km até sua foz no Atlântico. Outros rios importantes do estado são o Mucuri, Pardo, Paraíba do Sul, São Mateus e das Velhas. O Parque Estadual do Rio Doce abriga o maior sistema lacustre do estado. Contudo, existem importantes reservatórios de usinas hidrelétricas, como a Represa de Furnas no sul e a Três Marias no centro do estado.

Devido à grande quantidade de nascentes, o estado é conhecido como a caixa-d'água do Brasil, tendo muitos desses rios relevância energética, agrícola e turística, com grande presença de usinas hidrelétricas, canais para irrigação e atividades de lazer. 16 bacias hidrográficas compõem o estado de Minas Gerais, sendo a maior delas a do São Francisco, que abrange uma área de 2,3 milhões de km<sup>2</sup> no estado. Quatro regiões hidrográficas abrangem o território mineiro, sendo elas a do São Francisco (tendo como principais componentes, em Minas, os rios São Francisco, das Velhas e Paracatu), do Atlântico Leste (rios como São Mateus, Doce, Itaúnas e Itabapana), do Atlântico Sudeste e do Paraná (composta pelas sub-bacias dos rios Paranaíba e Grande). Na estação das secas é observado um menor volume das águas, sendo que no norte mineiro alguns cursos chegam a secar nos períodos de estiagem. Já na estação das chuvas ocorre a cheia dos rios e, por vezes, enchentes.

#### Clima

O clima em Minas Gerais é de influência tropical de altitude. A temperatura média é de 20° C e há duas estações bem definidas, a de chuva e a seca.

No estado de Minas Gerais, predominam quatro tipos distintos de clima: o clima subtropical de altitude (Cwb, segundo a Classificação climática de Köppen-Geiger), que ocorre nas regiões mais elevadas das serras da Canastra, Espinhaço e Mantiqueira e em pequenas áreas próximas às cidades de Araguari e Carmo do Paranaíba, tendo estiagens no inverno e temperaturas amenas durante o ano e cuja temperatura média do mês mais quente é inferior a 22 °C; o clima subtropical de inverno seco — e com temperaturas inferiores a 18 °C — e verão quente — temperaturas maiores de 22 °C — (Cwa), observado a norte das serras do Espinhaço e do Cabral; clima tropical com inverno seco (Aw), que predomina no Triângulo Mineiro, na Zona da Mata, Vale do Rio Doce e em quase toda a metade norte do estado, tendo estação seca no inverno e chuvas abundantes no verão, com precipitações anuais entre 750 mm a 1 800 mm; e o clima tropical semi úmido com chuvas no verão (As), que ocorre no norte mineiro, com precipitações anuais sempre inferiores a 1 000

mm e por vezes menores que 750 mm. Segundo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o clima semiárido está presente em 88 municípios mineiros, todos no norte do estado, muitos dos quais estão em processo de desertificação.

O estado sofre influência de frentes frias durante todo o ano, no entanto no inverno a presença de um núcleo anticiclone subtropical impede o avanço da umidade, mantendo os dias secos e ensolarados, e favorece a influência de massas de ar frio, configurando-se a estação seca. Entre o final da primavera e começo do verão (principalmente entre novembro e março), com o afastamento do anticiclone, as frentes frias atuam com maior intensidade e há uma intensa organização da convecção tropical, manifestada por uma banda de nebulosidade convectiva, as chamadas zonas de convergência — dentre as quais a zona de convergência do Atlântico sul (ZCAS) é a que mais afeta o estado, provocando dias seguidos de chuvas intensas em algumas regiões. Devido à nebulosidade, as chuvas causadas pelas ZCAS e por frentes frias são capazes de provocar quedas de temperatura, que normalmente fica elevada nessa época, devido à atuação de massas de ar quente continentais.

### Ecologia e meio ambiente

Originalmente, a cobertura vegetal de Minas Gerais era constituída por quatro biomas principais: cerrado, Mata Atlântica, campos rupestres e a mata seca. O cerrado é o bioma predominante, sendo observado em 50% do território mineiro, mais presente na porção oeste do estado. A vegetação é predominantemente rasteira, composta por gramíneas, arbustos e árvores, tendo como representantes da fauna tamanduá, tatu, anta, jiboia, cascavel e o cachorro-do-mato, além de espécies ameaçadas de extinção, como o lobo-guará, o veado-campeiro e o pato-mergulhão.

A Mata Atlântica ocupa a segunda maior área de ocorrência em Minas Gerais, predominando nas regiões da Zona da Mata, Campos das Vertentes, Sul, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce e Vale do Mucuri, no entanto foi fortemente devastada, ocorrendo atualmente em áreas restritas. A vegetação é densa e, devido ao elevado índice pluviométrico, bastante verde, sendo possível encontrar bromélias, cipós, samambaias, orquídeas e líquens e, na fauna, macacos, preguiças, capivaras, onças, araras, papagaios e beija-flores. Os campos rupestres possuem cobertura vegetal de menor porte e são típicos das terras altas do estado, tendo vegetação herbácea e poucas árvores, apresentando raposas, veados, micos, capivaras e cobras.[64] Já a mata seca é uma fitocenose do cerrado e ocorre no norte do estado, no vale do rio São Francisco, apresentando plantas espinhosas e com galhos secos, dentre as quais destacam-se as barrigudas, os ipês e os pau-ferros na flora e a ariranha, a onça, a anta, a capivara e a águia-pescadora na fauna.

Segundo o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o estado contava, em 2012, com onze estações ecológicas (que protegem um total de 12 528,9812 ha.), nove reservas biológicas (16 977,35 ha.), onze monumentos naturais (8 581,8 ha.), quatro refúgios de vida silvestre (22 292,76 ha.), 16 áreas de proteção ambiental (APA — 2 154 705,71 ha.), duas florestas estaduais (4 538,87 ha.), uma reserva de desenvolvimento sustentável (4 538,87 ha.), 182 reservas particulares do patrimônio natural (RPPN — 90 148,39 ha.), e 23 parques estaduais. Sete parques nacionais também estão situados em Minas Gerais: Caparaó, Grande Sertão Veredas, Itatiaia, Cavernas do Peruaçu, Sempre-Vivas, Serra da Canastra e Serra do Cipó, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A Serra do Cipó é inclusive a maior comunidade vegetal em espécies por metro quadrado do mundo.

Apesar da existência das áreas de preservação, o estado ainda apresenta consideráveis índices de desmatamento, encontrando-se com 9,84% de seu território dentro do polígono das secas, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimen-

tação (FAO). Outra situação grave é a da Mata Atlântica, cujo bioma perdeu um espaço de 10 572 ha. entre 2011 e 2012 em Minas Gerais, o que representa 44% do total desmatado em todo país.

A Mata Atlântica, que já chegou a se estender do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte de hoje, foi quase totalmente devastada, restando atualmente apenas 5% de sua vegetação original (cerca de 52 000 km<sup>2</sup>); em Minas Gerais, cobria cerca de 81,8% da área que corresponde ao atual estado, mas hoje esse percentual é de apenas de 7%, sendo os principais responsáveis pelo desflorestamento, no período colonial, a extração do pau-brasil e as plantações de cana-de-açúcar e café e, mais recentemente, a mineração e a agropecuária. Por outro lado, muitos projetos do governo e iniciativas privadas estão tentando reverter este quadro.[

### Divisão Territorial

Minas Gerais é dividida em dez regiões que seguem características geográficas e de afinidade econômica. As regiões são: Alto Paranaíba, Central, Centro-Oeste de Minas, Jequitinhonha ou Mucuri, Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Rio Doce, Sul de Minas e Triângulo Mineiro.

### Cultura

A cultura mineira é uma das mais ricas e diversas do Brasil. São fortes as influências do colonizador português no artesanato, nas manifestações populares, na culinária e na arte.

Como ocorre com os demais estados brasileiros, também é marcante o misto com as culturas indígenas e africana.

Entre as mais importantes manifestações culturais de Minas estão o congado, a folia de reis, pastorinhas, boi de reis, festa do Divino, cavalhada, mulinha de ouro, dança de São Gonçalo, Caxambu, maneiro o pau e a quadrilha.

A Secretaria Estadual de Cultura (SEC), que foi criada em 1983, durante o governo de Tancredo Neves, e estruturada em 1996, é o órgão vinculado ao Governo do Estado de Minas Gerais responsável por atuar no setor de cultura do estado, desde seu planejamento financeiro até a execução de projetos e manutenção de bibliotecas, museus e do Arquivo Público Mineiro. A SEC atua em parceria com diversas outras instituições e entidades culturais, diretamente subordinadas ou não ao órgão público, como a Fundação Clóvis Salgado (FCS), a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, a Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e a Rádio Inconfidência.

### Artes cênicas

Fachada do Palácio das Artes de Belo Horizonte, um dos maiores núcleos culturais da América Latina.

Minas Gerais conta com vários espaços, projetos e eventos dedicados ao fomento das áreas teatral e de dança. O estado é berço de uma considerável gama de grupos teatrais de sucesso nacional ou mesmo internacional, tais como o Grupo Galpão, o Giramundo Teatro de Bonecos, o Grupo Corpo e Ponto de Partida. Muitos deles têm suas origens e manutenção ligadas à formação artística profissional e a mecanismos municipais e estaduais de incentivo cultural; o Grupo Divulgação, de Juiz de Fora, por exemplo, nasceu na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A Companhia de Dança Palácio das Artes, fundada em Belo Horizonte em 1971, é um dos grupos profissionais mantidos pela Fundação Clóvis Salgado e ocasionalmente está presente em palcos nacionais e internacionais.

Em Minas Gerais situam-se alguns dos maiores espaços teatrais do Brasil, tais como o Teatro Municipal de Ouro Preto, que também é o teatro mais antigo das Américas, inaugurado no século XVIII; o Cine-Theatro Central, em Juiz de Fora, cuja importância arquitetônica e histórica culminou no tombamento pelo IPHAN; o Palácio das

Artes de Belo Horizonte, que é considerado como o maior centro de produção, formação e difusão cultural do estado e um dos maiores da América Latina, sendo mantido pela Fundação Clóvis Salgado, que oferece à população uma série de programações artísticas e de atividades educativas; o Centro Cultural Usiminas, em Ipatinga, considerado como um dos mais modernos do país e mantido pelo Instituto Cultural Usiminas; e o Centro Cultural Banco do Brasil, em Belo Horizonte, mantido pelo Banco do Brasil.

São vários os eventos artísticos do estado em que os grupos e artistas demonstram suas atividades, sendo realizados tanto nos espaços culturais quanto ao ar livre. Na capital mineira, são alguns exemplos o Festival Internacional de Teatro, Palco e Rua (FIT-BH), o Festival Internacional de Teatro de Bonecos, o Festival Internacional de Dança (FID), o Festival Internacional de Corais (FIC), o Festival Internacional de Curtas, o Festival Mundial de Circo do Brasil e o Festival Internacional de Quadrinhos. No interior do estado, destaca-se a realização da Campanha de Popularização do Teatro e da Dança, com espetáculos teatrais em Juiz de Fora e no Vale do Aço; e o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais, com oficinas de iniciação e atualização, espetáculos, peças de teatro e exposições em vários municípios do estado, como Diamantina e Cataguases.

#### **Música, cinema e literatura**

O ator mineiro Selton Mello na 5ª edição do Prêmio Bravo! Prime de Cultura, em 2009.

A música se faz presente em Minas Gerais desde o período colonial. Os primeiros instrumentos musicais a adentrarem o estado foram trazidos pela Companhia de Jesus na segunda metade do século XVI, com objetivo de converterem os indígenas aos costumes europeus, difundindo a música barroca. Por décadas, os jesuítas foram responsáveis tanto pelo ensinamento da gramática e do latim quanto pela alfabetização musical nas escolas. No século XVIII destacou-se a obra *Sacro de Lobo de Mesquita* e, no XIX, a de João de Deus de Castro Lobo, cujas obras estão disponibilizadas, dentre outras, nas séries *Acervo da Música Brasileira* e *Patrimônio Arquivístico-Musical Mineiro*. A partir do século XIX, as bandas de música se desenvolvem a ponto de serem hoje um dos marcos de identidade cultural do estado. Na primeira metade do século XX, destacam-se o samba, a bossa nova, o chorinho e as marchinhas com os compositores Ary Barroso, de Ubá, e Ataulfo Alves, de Miraf. Na década de 1970, surge em Belo Horizonte o movimento Clube da Esquina, cujas maiores influências eram a bossa nova e os Beatles. Na década de 80, destacaram-se mundialmente *Sepultura* e *Sarcófago* e na década de 90, surgem *Skank*, *Jota Quest*, *Pato Fu* e *Tianastácia*. Às primeiras décadas do século XXI, surgem artistas musicais como César Menotti & Fabiano e Paula Fernandes.

No cinema mineiro, os nomes de Humberto Mauro e João Carriço se destacam por serem os pioneiros do cinema nacional. Humberto Mauro iniciou suas primeiras filmagens em 1925 em Cataguases, mudando-se para o Rio de Janeiro. Seu contemporâneo João Carriço, com o lema “Cinema para o povo”, lançou a Carriço Filmes, em Juiz de Fora, produzindo cinejornais e documentários no início do século XX. No período do Cinema Novo e do Cinema Marginal, desponta o nome de Carlos Alberto Prates Correia, um dos principais realizadores da história do estado, autor de filmes evocadores da paisagem, da cultura e do povo mineiro, como os inventivos *Perdida*, *Cabaret Mineiro* e *Noites do Sertão*. Finalmente, no cinema contemporâneo, ressaltam-se Cao Guimarães produtor de curtas premiados no mundo inteiro; Helvécio Ratton, diretor de entre outros filmes *Menino Maluquinho* e *Pequenas Histórias*; e Selton Mello, que atuou em filmes como *Guerra de Canudos*, *O Que É Isso, Companheiro?*, *O Palhaço*, *O Cheiro do Ralo* e *Meu Nome Não é Johnny*.

A literatura mineira, por sua vez, teve bastante contribuição para a primeira geração literária brasileira, ainda no século XVIII. As obras oriundas do estado tinham ideais bucólicos, visando a representar paisagens locais, sendo os principais autores da época Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Cláudio Manoel da Costa. Com o Romantismo e o Simbolismo, no século XIX, ganham destaque as obras de Bernardo Guimarães e Alphonsus de Guimaraens. No século XX, Minas conquista grande espaço no cenário literário brasileiro, revelando nomes como Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura e João Guimarães Rosa, que contribuíram para o auge do Modernismo no Brasil. Entre a segunda metade do século XX e a contemporaneidade, ressaltam-se Abgar Renault, Cyro dos Anjos, Murilo Rubião, Affonso Romano de Sant’Anna, Murilo Mendes, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Henriqueta Lisboa, Affonso Ávila, Oswaldo França Júnior, Roberto Drummond, Bartolomeu Campos de Queirós e Ziraldo.

#### **Folclore, artesanato e culinária**

A história da mineração refletiu diretamente na culinária mineira. Entre os pratos mais conhecidos estão o feijão tropeiro, angu, frango com quiabo, paçoca de carne seca, farofa, leitão à pururuca, torresmo e pernil assado.

O pão de queijo é um prato típico da culinária mineira.

A religiosidade tem influência marcante nas principais manifestações culturais do povo mineiro, principalmente nas festas folclóricas. Dentre as tradições presentes no estado, destacam-se o Congado, que reúne danças herdadas dos costumes africanos, difundidos pelos escravos, com as tradições católicas dos colonizadores; as comemorações da Folia de Reis, que celebram desde o nascimento de Jesus até a visita dos Três Reis Magos através de procissões e visitas a casas; as “Pastorinhas”, que são meninos e meninas que visitam os presépios nas casas, assim como se fazia em Belém na época do nascimento de Jesus; o bumba meu boi, que simboliza a morte e renascimento do boi; a Festa do Divino, em homenagem ao Divino Espírito Santo; as Cavalhadas, representando os combates e guerras travadas entre mouros e cristãos; a Dança de São Gonçalo; e as quadrilhas, nas festas juninas.

Boa parte da produção artesanal mineira tem ligação às tradições culturais do estado, como na representação de imagens de santos ou personagens históricos. O artesanato está presente em diversas regiões de Minas Gerais, com produção baseada em pedra-sabão, cerâmica, madeira e fibras vegetais, argila, prata e estanho. Em Tiradentes destacam-se os objetos em prata; na região do Vale do Jequitinhonha são feitas peças em madeira e principalmente cerâmica; em Ouro Preto, Congonhas, Mariana e Serro há considerável presença dos trabalhos em pedra-sabão; em Ouro Preto e Viçosa são produzidos utensílios com cobre e outros metais; e em todo o estado são encontrados bordados, trançados em talas, bambu e fibras têxteis, crochês e tricôs, além da madeira.

Na cozinha mineira, por sua vez, a carne de porco é muito presente, sendo famosos o tutu com lombo de porco, a costelinha de porco e o leitão à pururuca. Também são apreciados a vaca atolada, o feijão tropeiro com torresmo, a canjiquinha com carne (de boi ou porco), linguiça e couve, o frango ao molho pardo com angu de fubá, o frango com quiabo ensopado e arroz com pequi. São famosos os doces mineiros, especialmente o doce de leite, a goiabada e a paçoca. O pão de queijo, os queijos (e seu modo artesanal de preparo) e o café também estão entre as principais referências da cozinha mineira. Muitos pratos têm origens indígenas, cuja culinária era predominantemente à base de mandioca e milho e teve incremento dos costumes europeus, com a introdução dos ovos, do vinho, dos quentes e dos doces.

### Arquitetura

Museu da Inconfidência e Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Cidade Histórica de Ouro Preto, considerada um Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Durante o período colonial, a riqueza oriunda do ouro e dos diamantes propiciou o surgimento de cidades que tinham como característica o dinamismo cultural. Nesse contexto, desenvolveram-se as cidades e a arquitetura colonial, cujas obras permanecem como sendo alguns dos conjuntos mais notáveis deste período da história brasileira. As casas das cidades mineiras eram construídas com aspectos uniformes entre si e, usualmente, ocupavam todo o terreno. As ruas estreitas se adaptavam à topografia acidentada do território mineiro. Dada a influência da Igreja Católica, muitas igrejas foram erguidas nas cidades e vilas da época, com características arquitetônicas notáveis típicas do período barroco. Merecem destaque, especialmente, as obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, notável por seu estilo peculiar refletido nas esculturas, obras arquitetônicas e entalhes do final do período colonial. Os principais remanescentes desta fase da arquitetura mineira são o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos (em Congonhas, com obras de Aleijadinho), o centro histórico de Ouro Preto e de Diamantina (todos declarados patrimônios da humanidade pela UNESCO), além da Igreja de São Francisco de Assis em São João del-Rei. Já no fim do período colonial, houve a transição para o período neoclássico. Contudo, tal estilo não foi tão marcante em território mineiro, deixando traços em algumas construções como na Casa da Câmara e Cadeia de Ouro Preto e na fachada da Igreja de Nossa Senhora do Pilar em Nova Lima. Posteriormente, a partir das últimas décadas do século XIX, o ecletismo europeu passa a influenciar as obras arquitetônicas do estado, que passava por um surto de desenvolvimento graças à atividade cafeeira e à pecuária. Em um primeiro momento, tal estilo ainda sofre influência do neoclassicismo, apresentando contornos suaves. Somente a partir do século XX, o ecletismo passa a apresentar uma estética rebuscada, além de permitir uma vasta gama de combinações estilísticas influenciada sobretudo pela arte europeia, que se estendem até a década de 1940. No período entreguerras chega ao estado a tendência mundial do art déco, que valorizava em sua estética a abstração, a linha, a forma, o volume e a cor e que se beneficiou pelas inovações construtivas, como a utilização do concreto armado. Contudo, uma grande revolução viria com os projetos de Oscar Niemeyer que, ao conceber o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, buscou a criação de formas simples e úteis, com suas características curvas. Na década de 50, o arquiteto concebeu outras obras notáveis, como o Edifício Niemeyer. Ao mesmo tempo chegam a Minas novos conceitos do nascente Estilo Internacional, além do surgimento da arquitetura modernista no Brasil. Desde então, as construções passaram a integrar como princípios a funcionalidade e integração com seus arredores. Um dos mais recentes e notáveis projetos arquitetônicos no estado é a Cidade Administrativa de Minas Gerais, projetada por Oscar Niemeyer e concluída em 2010.

### Turismo

#### Cachoeira na Serra do Cipó

Um dos mais importantes circuitos turísticos de Minas Gerais é a Estrada Real, que passa pelos antigos caminhos utilizados para transportar o ouro das minas, que liga a região central do estado às cidades do Rio de Janeiro e Parati. Os diferentes roteiros deste circuito apresentam atrativos históricos, culturais e naturais para seus visitantes. Outro aspecto notável do turismo mineiro inclui a visita às cidades históricas, as quais conservam as construções do museu colonial além de incluírem museus e espaços culturais que revelam o passado dessas localidades. Destas cidades, destaca-se Ouro Preto, onde encontra-se o Museu da Inconfidência.

O relevo do estado, com abundância de picos e serras (especialmente os grandes picos), além da grande quantidade de grutas e cavernas, rios e lagos naturais e artificiais e a riqueza da fauna e flora estadual atraem praticantes do ecoturismo e também do turismo de aventura. Outro segmento relevante é o turismo rural, já que Minas é um dos estados que mais possuem empreendimentos voltados para esta finalidade. Na região central do estado, além das cidades históricas e da capital, encontram-se parques nacionais como o Serra do Cipó, além do Museu de Inhotim, que possui um dos maiores acervos de arte contemporânea do país. No sul do estado encontra-se o Circuito das Águas, conhecido por suas estâncias minerais.

Destaca-se ainda o turismo de negócios que está em franca expansão, uma vez que nos últimos anos grandes eventos de projeção internacional foram realizados no estado. Em especial, destaca-se nesse segmento a cidade de Belo Horizonte, que atrai cada vez mais feiras, congressos e reuniões, o que pode ser atribuído à infraestrutura e à importante rede hoteleira da cidade. Outras cidades do interior (como Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia) também oferecem opções para a realização de eventos de negócios de grande porte

### Economia

No âmbito da economia, Minas Gerais é o maior produtor de café e leite do país, é o segundo Estado mais industrializado do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo. A agropecuária é uma atividade muito influente. Um setor que está se desenvolvendo no Estado é a biotecnologia. É o maior produtor brasileiro de minério de ferro, outros minerais explorados são o ouro e o zinco.

O estado apresenta uma grande disparidade social entre o sul e o norte do seu território, sendo o norte de Minas Gerais uma das áreas mais pobres do Brasil, com precária rede de esgoto, alta taxa de mortalidade infantil e analfabetismo.

Minas Gerais é o estado brasileiro que possui o terceiro maior produto interno bruto, que totalizava 351,38 bilhões de reais no fim do ano de 2010. Ao longo dos últimos anos, a economia mineira apresentou crescimento praticamente contínuo, interrompido somente durante a grande recessão entre os anos de 2008 e 2009 quando houve o decréscimo significativo do PIB mineiro. Contudo, posteriormente, a economia voltou a crescer em ritmo superior à média nacional. Das regiões mineiras, a Região Metropolitana de Belo Horizonte concentra 45% das atividades econômicas do estado, e é também uma das regiões que apresenta maior crescimento. A capital mineira, por si só, possui 43% das atividades econômicas da região, seguida pelos municípios de Betim e Contagem. A seguir estão o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o Sul e Sudoeste de Minas, Zona da Mata e Vale do Rio Doce que juntas correspondem a cerca de 40% do PIB mineiro. As regiões menos desenvolvidas são os vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que juntas possuem 2,1% de participação no PIB estadual.

O estado, segundo dados de 2012, é o terceiro que mais exporta no país, sendo responsável por 12,78% dos produtos vendidos ao exterior, ficando atrás apenas de São Paulo (26,55%) e Rio de Janeiro (12,88%). A pauta de exportação do estado, no entanto, é muito concentrada e baseada em produtos primários, principalmente minério de ferro (43,15%), café (11,29%), ferro-ligas (5,86%) e ouro (5,15%). O volume total de exportações em 2012 foi de cerca US\$ 33 000 000 000,00 (trinta e três bilhões de dólares).

### Agropecuária

#### Campos agrícolas com irrigação por gotejamento perto da cidade de Perdizes.

O setor primário da economia mineira correspondeu a cerca de 8,7% da soma de tudo o que foi produzido no estado durante o ano de 2012. Das culturas do estado, o café foi o que teve a maior participação no que se refere ao valor da produção agrícola estadual, chegando a 40% em 2011. Minas Gerais foi a origem de 61,2% de todo o café produzido no país no mesmo ano sendo, portanto, o maior produtor do país. A região sul do estado é a principal origem do café mineiro, onde é cultivado em sua maioria a variedade arábica. A produção de cana-de-açúcar, por sua vez, representa quase vinte por cento do valor da produção agrícola de Minas, seguido pelo milho, soja e feijão. Minas também se destaca no cenário nacional na produção de batata, sorgo, tomate, banana e abacaxi. No município de Jaíba, no norte de estado, um projeto implantou a maior área de agricultura irrigada da América do Sul, onde são cultivadas mais de trinta variedades de frutas, dentre elas a banana-prata, da qual o município é o maior produtor.

Em relação à pecuária, Minas Gerais lidera a produção nacional de leite, com uma produção de 8,4 bilhões de litros em 2010, o que equivaleu a um quarto da produção brasileira. O estado também possui uma importante participação nacional nas criações de corte de bovinos, suínos e frangos. A produção mineira de ovos também foi a segunda maior do país, com cerca de 375 milhões de dúzias.

### Indústria

A atividade de extração de minerais metálicos é a que possui maior participação no setor secundário mineiro, com aproximadamente um quarto de representação na indústria estadual e responde por mais de quarenta por cento da produção mineral nacional. Dentre os principais minérios extraídos destacam-se o ferro, manganês (explorados sobretudo na região conhecida como Quadrilátero Ferrífero), ouro, níquel, nióbio, zinco, quartzo, enxofre, fosfato e bauxita. Três quartos da indústria mineira, por sua vez, correspondem a atividades de transformação dos quais o mais participativo é o setor de metalurgia, sendo que, no âmbito da indústria siderúrgica o estado foi responsável por um terço da produção nacional. Em Minas estão instaladas unidades produtivas de alguns dos maiores grupos ligados ao setor do país, como a Gerdau, Usiminas e Arcelor-Mittal. O estado possui, ainda, significativa participação no setor de fundição, com atividades concentradas sobretudo no centro-oeste do estado e cuja metade da produção é destinada ao setor de automobilísticos. A seguir, destaca-se o setor de produtos alimentícios, que corresponde a 13% das atividades industriais de Minas. Em seguida, com participação praticamente semelhante, está o setor automobilístico, responsável pela produção de quase um quarto da produção nacional de veículos a parti da presença de unidades produtivas de empresas como Iveco, Fiat e Mercedes Benz. Destaca-se ainda, a produção de cimento, sendo que o estado é o maior produtor nacional, fato que é favorecido pelas grandes reservas de calcário em território mineiro. Outro setor importante é a indústria química, especialmente o setor de plásticos, cuja produção destina-se principalmente a atender outras cadeias produtivas.

### Serviços

O setor terciário é o mais importante da economia mineira, pois corresponde a mais da metade das atividades econômicas do estado. Neste setor, o comércio varejista tem acompanhado o crescimento do setor no país, que foi de 8,3% no período de 2009 a 2012. Contudo, alguns segmentos apresentaram comportamentos distintos como a venda de móveis e eletrodomésticos que evoluiu acima da média nacional, ao contrário do segmento de super e hipermercados, que foi abaixo da média brasileira no mesmo período.

Contudo, a participação do comércio no setor terciário é superada somente pelo segmento de administração pública, responsável por movimentar 13,7% de todo o PIB estadual. Em 2010, foram arrecadados no estado aproximadamente 43,5 bilhões de reais em impostos, o que corresponde a doze por cento do PIB mineiro. Destacam-se ainda, as atividades ligadas ao setor imobiliário e de aluguéis (8,6% do valor agregado bruto mineiro), intermediação financeira (5,2%) e de transportes (5,1%).

O comércio exterior de Minas Gerais tem apresentado um crescimento contínuo acima da média nacional, o que fez sua participação em vendas externas nacionais aumentarem de 10,5% em 2002 para 13,4% em 2012 e consolidar-se como o segundo maior estado exportador do país. Mais da metade do total exportado compõe-se de produtos da extração mineral bruta ou processados pela indústria metalúrgica. Cerca de um quinto desse total compõe-se de produtos da agropecuária, em especial o café. Destaca-se, ainda, o crescimento na exportação de medicamentos, soja e ouro não monetário nas exportações mineiras. Os principais destinos dos produtos exportados são a China, o Japão, Alemanha, Estados Unidos e Argentina. De forma similar, a importação de produtos no estado manteve-se crescendo com taxas similares às nacionais. Destaca-se nesse contexto a compra de veículos automotores, produtos químicos e farmacêuticos, produtos minerais e maquinaria industrial. O resultado da balança comercial mineira manteve-se positivo ao longo nos últimos dez anos, o que significa que o estado exportou mais do que importou. Em 2011, o superávit mineiro chegou a 28,4 bilhões de reais, muito próximo ao superávit brasileiro de 29,8 bilhões, evidenciando, portanto, a relevância do estado no comércio internacional brasileiro.

No ano de 2011, 10,635 milhões de pessoas se enquadravam na categoria de população economicamente ativa, dos quais aproximadamente dez milhões se encontravam ocupadas. Destes, 3,8 milhões de pessoas possuíam carteira assinada. A taxa de desemprego no estado apresentou contínua queda desde 2009, passando de 7,2% para 3,9% no fim de 2012. Dentre as principais ocupações da população economicamente ativa, destacam-se as atividades de comércio (16,3%), agropecuária (16,2%) e da indústria de transformação (11,8%), seguidas por serviços de saúde, educação e serviços sociais, construção civil e serviços domésticos. Todos os setores de atividade econômica[nota 1] apresentam maior quantidade de empregados na região central do estado, com exceção das atividades agropecuárias, na qual o Sul de Minas possui maior quantidade de trabalhadores formais

### BRASIL

#### História do Brasil

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

*Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.*

*Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.*

as pessoas da comunidade a participarem das discussões sobre sua saúde e o meio ambiente em que vivem, ajudando a promover a saúde e a construir ambientes saudáveis.

Situações de risco são aquelas em que uma pessoa ou grupo de pessoas “corre perigo”, isto é, tem maior possibilidade ou chance de adoecer ou até mesmo de morrer.

Alguns exemplos de situação de risco:

- Bebês que nascem com menos de dois quilos e meio;
- Crianças que estão desnutridas;
- Filhos de mães que fumam, bebem bebidas alcoólicas e usam drogas na gravidez;
- Gestantes que não fazem o pré-natal;
- Gestantes que fumam;
- Gestantes com diabetes e/ou pressão alta;
- Acamados;
- Pessoas que precisam de cuidadores, mas não possuem alguém que exerça essa função;
- Pessoas com deficiência que não têm acesso às ações e serviços de saúde, sejam estes de promoção, proteção, diagnóstico, tratamento ou reabilitação;
- Pessoas em situação de violência;
- Pessoas que estão com peso acima da média e vida sedentária com ou sem uso do tabaco ou do álcool.

Nesses casos, as pessoas têm mais chance de adoecer e morrer se não forem tomadas as providências necessárias.

É necessário considerar ainda condições que aumentam o risco de as pessoas adoecerem, por exemplo:

- Baixa renda;
- Desemprego;
- Acesso precário a bens e serviços: água, luz elétrica, transporte etc.);
- Falta de água tratada;
- Lixo armazenado em locais inadequados;
- Uso incorreto de venenos na lavoura;
- Poluição do ar ou da água;
- Esgoto a céu aberto;
- Falta de alimentação ou alimentação inadequada;
- Uso inadequado de medicamentos prescritos;
- Automedicação;
- Descontinuidade de tratamento.

A situação de risco pode ser agravada por obstáculos ou fatores que dificultam ou impedem as pessoas de terem acesso às unidades de saúde, como:

- Localização do serviço com barreiras geográficas ou distante da comunidade;
- Ausência de condições para acesso das pessoas com deficiência física: falta de espaço para cadeira de rodas, banheiros não adequados;
- Serviços de transporte urbano insuficientes;
- Horários e dias de atendimento restritos ou em desacordo com a disponibilidade da população;
- Capacidade de atendimento insuficiente;
- Burocratização no atendimento;
- Preconceitos raciais, religiosos, culturais, sociais, entre outros.

Haverá acessibilidade quando esse conjunto de fatores contribuir para o acesso do usuário aos serviços de saúde.

Existem situações de risco que afetam a pessoa individualmente e, portanto, têm soluções individuais. Outras atingem um número maior de pessoas em uma mesma comunidade, o que irá exigir uma mobilização coletiva, por meio da participação da comunidade integrada às autoridades e serviços públicos. Os Conselhos de Saú-

de (locais, municipais, estaduais e nacional) e as Conferências são espaços que permitem a participação democrática e organizada da comunidade na busca de soluções.

É importante ressaltar que essa participação não deve restringir apenas aos Conselhos e Conferências, podendo se dar de outras formas – reunião das equipes de saúde com a comunidade e associação de moradores, caixas de sugestões, ouvidoria, disque-denúncia, entre outras.

#### **O processo de trabalho do ACS e o desafio de trabalhar em equipe**

Trabalhar na área da saúde é atuar em um mundo onde um conjunto de trabalhadores diversos se encontra para produzir cuidado à saúde da população. Se pensarmos no conjunto de trabalhadores de uma unidade de saúde – que pode ser a sua –, poderemos observar que cada trabalhador atua em um certo lugar, tem determinadas responsabilidades e produz um conjunto de ações para que esse objetivo seja alcançado.

Além disso, para cada ação e responsabilidade, o trabalhador precisa contar com uma série de conhecimentos, saberes e habilidades para conseguir executar da melhor forma possível a sua função.

É muito comum na área da saúde utilizar instrumentos e equipamentos para apoiar a realização das ações de cuidado.

Exemplo: o médico da unidade de saúde tem como uma de suas ações a realização de consultas. O que ele precisa ter para realizar bem essa ação? Para fazer uma boa anamnese (entrevista que busca levantar todos os fatos referentes à pessoa e à doença que ela apresenta) e um bom exame físico, ele precisa contar com conhecimentos técnicos que adquiriu durante a sua formação e durante a sua vida. Nessa atividade, ele provavelmente vai utilizar também alguns instrumentos, como um roteiro/questionário, um estetoscópio (aparelho para escutar o coração, pulmões e abdome), aparelho para medir a pressão, entre outros. Além disso, ele vai precisar ter outra habilidade, que é a das relações, que se mostra no modo como ele consegue interagir com as pessoas atendidas.

Vamos ver então dois exemplos diferentes de como esse médico poderia realizar essa consulta:

1ª situação – mobilizando mais os conhecimentos técnicos e os instrumentos: nesta situação o médico cumprimenta o usuário já olhando para a sua ficha/prontuário e começa a fazer perguntas seguindo o roteiro/questionário, anotando as respostas e agindo de modo formal e objetivo. Realiza o exame físico enquanto termina as perguntas do questionário e faz a prescrição e/ou encaminhamento. A consulta termina rapidamente.

2ª situação – mobilizando os conhecimentos, os instrumentos e a habilidade das relações: nesta outra situação o médico cumprimenta o usuário, utiliza o roteiro/questionário como guia, mas incentiva e abre espaço para a fala e a escuta do usuário sobre aspectos que não estão no roteiro. Nesse caso, ocorre uma conversa com o usuário para deixá-lo mais à vontade, a fala não se restringe às perguntas do questionário, existe troca de olhares e discussão dos problemas percebidos. O exame físico é realizado e, após todos os esclarecimentos de dúvidas que o profissional e o usuário julgaram necessários, a prescrição e/ou encaminhamento é realizado e a consulta é finalizada.

O que vimos acima foram dois exemplos de processo de trabalho diferenciados: um que privilegia os conhecimentos técnicos e os instrumentos, sem dar muita atenção para a relação de cuidado

com o usuário (situação 1), e outro em que o profissional utilizou seus conhecimentos técnicos em uma interação que valorizou o aspecto relacional e o cuidado com o usuário (situação 2). Verificamos também, nessa segunda situação, que o instrumento roteiro/questionário serviu como apoio ao processo, e não como elemento central.

Comprovadamente, o atendimento realizado de maneira mais humanizada – situação 2 – traz melhores resultados para a saúde do usuário, pois favorece o estabelecimento de uma relação de confiança entre o profissional e usuário, aumentando o vínculo e a adesão ao tratamento.

Agora pense no seu processo de trabalho. Qual é o seu papel na unidade e na equipe de saúde? Você, agente comunitário de saúde, é um membro da equipe e essencial para o desenvolvimento das ações da Atenção Primária à Saúde.

Você já refletiu sobre como você tem desenvolvido o seu processo de trabalho? Em qual das duas situações descritas acima você se vê? Como você utiliza seus conhecimentos, instrumentos e sua habilidade de se relacionar com o usuário para promover o cuidado? Ao preencher a Ficha A, você percebe a importância que ela tem no processo de cuidado das pessoas de sua microárea?

Nesta publicação trabalharemos diferentes aspectos relacionados aos seus conhecimentos técnicos e a partir dessa discussão relacionaremos o seu processo de trabalho com alguns instrumentos utilizados em seu dia a dia. Mas é de fundamental importância lembrar que o trabalho em saúde tem uma dimensão de cuidado humanizado insubstituível, que ocorre no momento da interação com o usuário nesse encontro programado para produzir cuidado.

### O trabalho em equipe

A equipe de saúde é formada por pessoas com histórias, formações, saberes e práticas diferentes. É um conjunto de pessoas que se encontram para produzir o cuidado de uma população.

Nessa equipe há sempre movimentos permanentes de articulação/desarticulação, ânimo/desânimo, invenção/resistência à mudança, crença/descrença no seu trabalho, pois a equipe é viva, está sempre em processo de mudança.

Para essa construção acontecer, os trabalhadores precisam aprender um “modo-equipe” de trabalhar, reorganizando-se em torno de projetos terapêuticos para assistir os usuários em sua integralidade. É importante que toda a equipe assuma a tarefa de cuidar do usuário, reconhecendo que, para abordar a complexidade do trabalho em saúde, são necessários diferentes olhares, saberes e fazeres.

### O seu lugar na equipe de saúde

Para cuidar da saúde da população de um determinado território, a unidade de saúde deve estar organizada de um modo que seus trabalhadores estejam divididos em funções e assumam responsabilidades diferentes e complementares.

Vamos pensar no caso de uma enfermeira da unidade de saúde. Uma de suas atribuições é realizar consultas de enfermagem, no entanto, ela compartilha com você e com os demais membros da equipe uma série de outras responsabilidades e objetivos.

Veja a seguir o quadro com algumas ações que são específicas e outras que são comuns aos profissionais da equipe da unidade de saúde.

Observando o quadro, você perceberá que há muitas atividades que são comuns a todos da equipe, afinal, todos atuam no mesmo campo da saúde. Um exercício importante ao olhar para esse quadro é avaliar se aquelas atividades comuns aos diversos trabalhadores estão acontecendo de forma articulada. Isso é um bom indicador de trabalho em equipe, pois quando realizadas em conjunto trazem benefícios para todos.

Como podemos observar no quadro, as atividades de planejamento e avaliação são comuns a todos os trabalhadores e, se realizadas em conjunto, trarão benefícios tanto aos trabalhadores quanto ao trabalho da equipe como um todo. Então reflita: como essas atividades são desenvolvidas na realidade da sua unidade de saúde?

Profissionais Ações	ACS	Auxiliar/ Técnico de enfermagem	Enfermeiro	Médico	Agente de controle de endemias	Cirurgião - dentista	Técnico em Saúde Bucal	Auxiliar em Saúde Bucal
Realizar planejamento	X	X	X	X	X	X	X	X
Prescrever medicamentos			X*	X		X**		
Realizar visita domiciliar	X	X	X	X	X	X	X	X
Orientação sobre higiene bucal	X	X	X	X	X	X	X	X
Escutar/acolher o usuário	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar cadastramento das famílias***	X							
Realizar avaliação	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar consulta médica				X				
Realizar consulta de enfermagem			X					
Realizar consulta odontológica						X		
Aplicação de larvicida					X			
Realizar ações de educação em saúde	X	X	X	X	X	X	X	X

\* Enfermeiro – pode prescrever observando a legislação vigente.

\*\* Cirurgião-dentista – pode prescrever observando a legislação vigente.

\*\*\* Realizar cadastramento das famílias é uma atribuição do ACS, mas pode ser desenvolvida pelos demais membros da equipe de saúde.



Agora observe novamente o quadro e concentre-se nas ações que são específicas a cada um dos profissionais. Lembre-se das outras ações que você executa no seu dia a dia e que não estão descritas na tabela e reflita: quais são as especificidades do seu trabalho? Em que o seu trabalho se relaciona com o da enfermeira? E com o trabalho dos outros profissionais da equipe? E em que a especificidade do seu trabalho complementa o trabalho de toda a equipe?

A partir de agora, convidaremos você a refletir sobre ações muito presentes no seu cotidiano e que fazem parte importante do processo de trabalho de toda a equipe na luta diária em busca de mais saúde para a população.

Como citado anteriormente, você, agente comunitário de saúde, é muito importante para o desenvolvimento das ações da comunidade e pode integrar tanto uma equipe de Saúde da Família quanto uma equipe do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), de acordo com a realidade do município. Entretanto, o seu trabalho é o mesmo em qualquer uma das situações.

Semelhantes aos agentes comunitários de saúde (ACS), há os agentes indígenas de saúde (AIS) e os agentes indígenas de saneamento (AISAN), que atuam nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) compondo as equipes multidisciplinares de saúde indígena (EMSI), cuidando da saúde indígena nas aldeias no âmbito da APS.

A equipe de saúde precisa conhecer a realidade da comunidade e para tal deverá reunir informações identificando suas principais necessidades em saúde. Com essas informações, será realizado o diagnóstico de saúde da comunidade, o planejamento e a execução das ações.

Há diversos instrumentos que podem ser utilizados para a coleta dos dados e cada um deles tem um objetivo. A soma de todos ajuda na construção do diagnóstico.

Cadastro das famílias, mapa da comunidade, visita domiciliar/entrevista e reuniões são alguns exemplos.

A coleta de dados é uma das etapas do diagnóstico da comunidade, assim como a análise e interpretação dos dados coletados, identificação dos problemas, necessidades, recursos e grupos de risco. Com base nas informações coletadas e analisadas, o próximo passo é o planejamento e programação das ações prioritizadas.

A saúde indígena é regida por um conjunto de normas que têm como objetivo o estabelecimento de mecanismos específicos para a atenção à saúde dessa população, conformando um subsistema no interior do Sistema Único de Saúde e está organizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, aprovada pela Portaria MS nº 254/2002, integra a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as determinações da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) com as da Constituição Federal (art. 231), que reconhece aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais, bem como estabelece seus direitos sociais.

Etnias são os tipos de povos indígenas, cada povo falando a sua própria língua e vivendo de acordo com as suas crenças e costumes.

#### Visita domiciliar

A visita domiciliar é a atividade mais importante do processo de trabalho do agente comunitário de saúde. Ao entrar na casa de uma família, você entra não somente no espaço físico, mas em tudo o que esse espaço representa. Nessa casa vive uma família, com seus códigos de sobrevivência, suas crenças, sua cultura e sua própria história.

A sensibilidade/capacidade de compreender o momento certo e a maneira adequada de se aproximar e estabelecer uma relação de confiança é uma das habilidades mais importantes do ACS. Isso lhe ajudará a construir o vínculo necessário ao desenvolvimento das ações de promoção, prevenção, controle, cura e recuperação.

Muitas vezes o ACS pode ser a melhor companhia de um idoso ou de uma pessoa deprimida sem extrapolar os limites de suas atribuições. O ACS pode orientar como trocar a fralda de um bebê e pode ser o amigo e conselheiro

A permissão de entrada em uma casa representa algo muito significativo, que envolve confiança no ACS e merece todo o respeito. É o que poderia ser chamado de “procedimento de alta complexidade” ou pelo menos de “alta delicadeza”. da pessoa ou da família. Nem sempre é fácil separar o lado pessoal do profissional e os limites da relação ACS/família. Isso pode determinar ou reorganizar seu processo de trabalho e a forma como se vincula à família. Recomenda-se que o ACS estabeleça um bom vínculo com a família, mas saiba dissociar a sua relação pessoal do seu papel como agente comunitário de saúde

Cada família tem uma dinâmica de vida própria e, com as modificações na estrutura familiar que vêm ocorrendo nos últimos tempos, fica cada vez mais difícil classificá-la num modelo único. Essas particularidades – ou características próprias – fazem com que determinada conduta ou ação por parte dos agentes e equipe de saúde tenha efeitos diferentes ou atinjam de modo distinto, com maior ou menor intensidade, as diversas famílias assistidas.

Você, na sua função de orientar, monitorar, esclarecer e ouvir, passa a exercer também o papel de educador. Assim, é fundamental que sejam compreendidas as implicações que isso representa.

Para ser bem feita, a visita domiciliar deve ser planejada. Ao planejar, utiliza-se melhor o tempo e respeita-se também o tempo das pessoas visitadas.

Para auxiliar no dia a dia do seu trabalho, é importante que você tenha um roteiro de visita domiciliar, o que vai ajudar muito no acompanhamento das famílias da sua área de trabalho.

Também é recomendável definir o tempo de duração da visita, devendo ser adaptada à realidade do momento.

A pessoa a ser visitada deve ser informada do motivo e da importância da visita. Chamá-las sempre pelo nome demonstra respeito e interesse por elas.

Visando um maior vínculo, é interessante combinar com a família o melhor horário para realização da visita para não atrapalhar os afazeres da casa.

Na primeira visita, é indispensável que você diga seu nome, fale do seu trabalho, o motivo da visita e sempre pergunte se pode ser recebido naquele momento.

Para o desenvolvimento de um bom trabalho em equipe, é fundamental que tanto o ACS quanto os demais profissionais aprendam a interagir com a comunidade, sem fazer julgamentos quanto à cultura, crenças religiosas, situação socioeconômica, etnia, orientação sexual, deficiência física etc.

Todos os membros da equipe devem respeitar as diferenças entre as pessoas, adotando uma postura de escuta, tolerância aos princípios e às distintas crenças e valores que não sejam os seus próprios, além de atitudes imparciais.

Após a realização da visita, você deve verificar se o objetivo dela foi alcançado e se foram dadas e colhidas as informações necessárias. Enfim, você deve avaliar e corrigir possíveis falhas. Esse é um passo muito importante que possibilitará planejar as próximas visitas. Da mesma forma, você deve partilhar com o restante da equipe essa avaliação, expondo as eventuais dúvidas, os anseios, as dificuldades sentidas e os êxitos.

Toda visita deve ser realizada tendo como base o planejamento da equipe, pautado na identificação das necessidades de cada família. Pode ser que seja identificada uma situação de risco e isso demandará a realização de outras visitas com maior frequência.

É por meio da visita domiciliar e da sua inserção na comunidade que o agente vai compreendendo a forma de viver, os códigos, as crenças, enfim, a dinâmica de vida das famílias por ele acompanhadas. A visita domiciliar requer, contudo, um saber-fazer que